

Ao contrário do que tem sido dito por analistas de ocasião, pela grande mídia corporativa, pelo empresariado em geral, pela classe política e também pelo senso comum, a crise econômica global, em sua essência, não pode ser debitada na conta da pandemia. O que temos visto é a agudização forçada de uma retração econômica que já se apresentava com cabeça, corpo e membros, fruto do ocaso do último ciclo de expansão global do capital, de 2008 pra cá. A queda acentuada nos preços das ações em Wall Street, notada na virada de fevereiro pra março, combinada com a forte desaceleração econômica, já em curso, de outras potências como Alemanha, Japão e China¹, revelam a dimensão do problema. Mas se o diagnóstico tergiversa e confunde, o dilema para o mundo dos negócios, no entanto, é real: como pausar o sistema e absorver os seus impactos sem produzir o colapso? Isso porque, seja em defesa do isolamento horizontal, seja relativizando-o, o centro da questão é o mesmo: sem exploração da força de trabalho não tem capital, sem circulação de mercadorias não tem realização de mais-valor. Não por outra razão, com mais ou menos ciência, frações do capital bancário, industrial e comercial, setores médios, mídia e governos têm debatido intensamente sobre a melhor régua para medir a extensão da crise sistêmica e reagir a ela^{2 3 4}. As diferentes posições expressam também diferentes interesses em jogo, além de diferentes avaliações no médio e no longo prazo, mais ou menos sustentadas, não por acaso, por distintas capacidades de suportar a sedação prolongada. Dramaticamente, sem qualquer pretensão, um vírus, esse *não-ser-social* por excelência, danifica o véu das relações de dominação numa sociedade de classes. Vejamos alguns dados bastante objetivos de uma crise que já era potente e agora se anuncia colossal.

Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o custo econômico da pandemia para os países mais pobres pode chegar à cifra de 220 bilhões de dólares⁵. Projeções divulgadas pelo *Financial Times* apontam para uma redução entre 25 e 30% nos PIBs dos países desenvolvidos⁶. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima que mais de 1 bilhão de trabalhadores no mundo sofrerão as consequências do agravamento da crise econômica, com sério risco de redução de salário e perda de emprego⁷. A consequente perda de renda (e consumo) deve oscilar entre 860 bilhões e 3,4 trilhões de dólares.⁸ No Brasil a situação é especialmente dramática. Associado ao quadro de estagnação econômica que já dura seis anos, com PIBs negativos (como em 2015 e 2016) ou próximos de zero⁹, e previsão de queda de 5% para esse ano¹⁰, o ajuste fiscal e as reformas trabalhista e previdenciária aprofundaram ainda mais a vulnerabilidade dos trabalhadores em meio à pandemia. Com um grau de obriedade considerável, sabemos que os trabalhadores informais têm sido mais diretamente penalizados. E não por coincidência, o país tem batido recordes de informalidade, como uma das consequências diretas da desregulamentação das relações trabalhistas. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019, entre os

¹ <https://criticadaeconomia.com/2020/03/wall-street-balanca-e-o-resto-do-mundo-desaba/>

² <https://theintercept.com/2020/04/16/banco-central-presidente-coronavirus-economia/>

³ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/20/no-longo-prazo-isolamento-afeta-menos-o-pib.ghtml>

⁴ <https://www.poder360.com.br/pesquisas/metade-dos-brasileiros-mantem-isolamento-mesmo-com-crise-economica/>

⁵ https://www.undp.org/content/undp/en/home/news-centre/news/2020/COVID19_Crisis_in_developing_countries_threatens_devastate_economies.html

⁶ <https://theintercept.com/2020/04/20/coronavirus-estados-unidos-geopolitica/>

⁷ <https://oglobo.globo.com/economia/mas-de-1-bilhao-de-trabalhadores-vao-sofrer-efeitos-drasticos-nos-empregos-com-pandemia-diz-oit-1-24357946>

⁸ <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/03/18/coronavirus-25-milhes-podem-ficar-sem-emprego-diz-oit.ghtml>

⁹ <https://contrapoder.net/noticias/a-mercantilizacao-do-sus-e-o-coronavirus-entrevista-com-aquila-mendes/>

¹⁰ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/banco-mundial-preve-queda-de-5-do-pib-do-brasil-este-ano>

trabalhadores ocupados, a cifra dos informais alcançou a casa dos 41,1% - o equivalente a 38,4 milhões de pessoas¹¹. Na outra ponta, a Emenda Constitucional 95, aprovada em dezembro de 2016, congelou por 20 anos as despesas primárias do Estado brasileiro, atingindo diretamente as políticas sociais, embora preservando, claro, o pagamento dos juros da dívida interna.

Nesse cenário dantesco, despontam com particular notoriedade as relações sempre contraditórias entre capital e trabalho. Ou foram pouco expressivas as manifestações públicas de empresários, pelas redes sociais, a relativizar a necessidade da quarentena em nome da saúde da economia?¹² Ou não foi esta a razão central da queda do ministro da Saúde que defendia os protocolos de isolamento social conforme as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde)¹³? Ou não resultam da pressão social sobre a classe política, com forte participação do empresariado¹⁴, os movimentos de relaxamento da quarentena que tem sido ensaiados pelo governo federal e por parte dos estados e municípios?¹⁵ Mas é no que tange às relações entre público e privado - também reveladoras - que queremos nos deter um pouco.

O Sistema Único de Saúde (SUS) carrega no nome a marca das intenções políticas que governaram a sua construção: um *sistema* de saúde, integrado, único, gratuito, público e universal. Assim se apresenta formalmente, na letra da lei, embora também na letra da lei se faça presente a sua partição, a sua negação em termos: a complementaridade privada. Não por acaso, Antonio Gramsci nos dirá que as leis nada mais são do que a expressão contínua de formação e superação de equilíbrios instáveis resultantes das lutas entre as classes fundamentais. Essa rápida sentença nos permite compreender o *SUS que não foi* e o *SUS realmente existente*. Entre o projeto e o concreto esteve e está a luta de classes. E é ela que se revela por inteiro quando sobre esse sistema combalido - historicamente *subfinanciado* desde a sua criação e, desde 2016 com a aprovação da EC95, flagrantemente *desfinanciado* - se concentram as expectativas e as ações estruturais de combate à pandemia que a saúde privada não quer e não poderia dar, nem mesmo de forma *suplementar*. Essa mesma saúde privada, no entanto, através de todos os governos federais das últimas três décadas, foi beneficiária direta e indireta do grosso dos recursos *públicos* que deveriam ter sustentado dignamente a política social de maior envergadura da América Latina dos anos 1980 pra cá¹⁷. Se por aqui os percentuais do PIB correspondentes ao gasto público em Saúde nunca se aproximaram dos índices despendidos nos países europeus onde há sistemas universais de saúde (3,9% em 2019 contra 8%, em média, por lá), o mesmo não tem se dado com os gastos privados, em termos proporcionais e, quase ao longo de todo o período aferido, também absolutos: se em 1993, o gasto público atingiu a marca de 2,8% contra 1,4% de gasto privado, a partir dos governos FHC essa gangorra não cessou de produzir o seu sentido inverso: em 2002 a proporção já era 3,2% contra 3,9%; em 2015 o gasto público atingia 3,9% contra 5,2% de gastos privados¹⁸; e os dados mais recentes apontam para uma estagnação dos gastos públicos no mesmo patamar e uma ligeira subida dos gastos privados para 5,4%¹⁹. Paulatinamente, e legalmente, sem que se alterasse uma linha da Constituição, o público foi sendo minguido, drenado, para estimular e financiar, direta e indiretamente, o mercado privado de saúde.

Mas para desespero dos liberais enciclopédicos e contrariedade dos cínicos, há conjunturas em que

¹¹ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/quase-3-milhoes-de-brasileiros-procuravam-emprego-ha-mais-de-dois-anos-no-4-tri-de-2019,70003197472>

¹² <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/diante-de-quarentena-declaracoes-de-empresarios-dao-o-tom-de-ameaca-a-funcionarios>

¹³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/17/interna_politica,845460/bolsonaro-mira-flexibilizacao-do-isolamento-com-a-demissao-de-mandetta.shtml

¹⁴ <https://www.poder360.com.br/coronavirus/fiesp-propoe-plano-para-relaxamento-gradual-da-quarentena/>

¹⁵ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/plano-teich-flexibilizar-isolamento/>

¹⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/coronavirus-10-estados-ja-tomaram-medidas-para-flexibilizar-isolamento-24385549>

¹⁷ O economista Carlos Ocké-Reis aponta que entre 2003 e 2015 a política de renúncia fiscal do governo federal em benefício do setor privado de saúde retirou 331,5 bilhões de reais do caixa do governo. Ver: <https://outraspalavras.net/outrasaude/de-que-forma-quem-tem-plano-de-saude-procura-atendimento-no-sus/>

¹⁸ <https://contrapoder.net/noticias/a-mercantilizacao-do-sus-e-o-coronavirus-entrevista-com-aquila-mendes/>

¹⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/gastos-com-saude-privada-foi-r-231-bilhoes-no-brasil-de-2010-2017>

o mantra do mercado sem Estado, do Estado mínimo, não só não se sustenta a partir de um exame atento da realidade como se torna ainda mais difícil torcer a realidade dos fatos para produzi-lo e sustentá-lo. Em se tratando de Brasil e de questões de saúde, em que pese o desfinanciamento, tem sido o SUS único, gratuito e universal a apresentar respostas e assumir responsabilidades. Tem sido notada, inclusive, por estudiosos da área, as substanciais diferenças na capacidade das respostas dos Estados às mazelas causadas pela pandemia nos países em que há e nos que não há sistemas universais de saúde, com larga vantagem para os primeiros²⁰. As contradições, porém, não param. No Brasil, o mesmo no qual os gastos públicos em saúde perdem de lavada para os gastos privados, e onde o “sistema” privado é financiado largamente com vultuosos recursos públicos, atualmente 162 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS para quaisquer atendimentos, da atenção primária à alta complexidade. Na outra ponta, 47 milhões de brasileiros têm planos de saúde privados, embora também utilizem o SUS (indiretamente no que diz respeito à política e às ações da vigilância sanitária, por exemplo; e diretamente quando são beneficiárias de campanhas de vacinação em massa ou dos programas públicos de transplante).²¹ Nesse cenário, o caso da disponibilidade insuficiente e desigual de leitos de UTI, no SUS e na saúde suplementar, para os pacientes de Covid-19, que não cessam de se multiplicar diariamente, é muito ilustrativo.

Os números nacionais, de estudo atualíssimo, são gritantes. Sem entrar no debate das disparidades regionais, que mostraria as regiões Sul e Sudeste com a maior concentração de leitos, o caso é que a capacidade instalada da saúde suplementar, para atender a um universo de pessoas 3,4 vezes menor é, no entanto, 4 vezes maior; enquanto o SUS possui 1,8 leitos por 10 mil habitantes, o setor privado possui 7,3 leitos para o mesmo contingente populacional²². Têm sido fartos os anúncios na grande imprensa do colapso em curso dos serviços de saúde em vários estados, face o esgotamento dos leitos disponíveis e falta de equipamentos (como ventiladores pulmonares)²³ ²⁴. Diante da situação calamitosa e evidentemente contraditória com a ideia de um sistema único e universal de saúde, entidades, pesquisadores e militantes do movimento sanitário têm se mobilizado em torno da bandeira “Leitos para todos”, que apenas por precisar ser empunhada revela a impossibilidade de harmonizar direitos sociais com a sua mercadorização e também a improcedência política dos que relativizaram, por tática ou adesão, num passado distante ou recente, a ideia de um sistema de saúde integralmente público e gratuito.²⁵ A proposta é de uma importância e simplicidade constrangedoras: que o SUS assuma a administração da fila de leitos de todo o sistema - ainda que contratando junto à rede privada os leitos que historicamente ajudou a financiar -, racionalizando a demanda, impedindo que convivam uma possível capacidade ociosa da saúde suplementar com a explosão de doentes sem acolhimento, entre os que são exclusivamente usuários do SUS e que perecem pela ação de um vírus, claro, mas combinada em muitos casos a debilidades físicas, orgânicas, a comorbidades, que resultam das determinações sociais da saúde e de relações de dominação historicamente construídas.

Por fim, sobre a pedagogia da catástrofe é bom que se diga que ela não deve ser comemorada, seja porque pode redundar *apenas* em mais barbárie, pelas mesmas determinações de classe que pode fazê-la pedagógica, seja porque, em si mesma, não é suficiente para transformar as relações e o modo dominante da vida em sociedade. Mas situações de opressão relativamente estabilizadas quando levadas ao extremo, como estamos vendo, podem desnublá-lo o que parecia oculto e acelerar a roda da luta social, que é o motor da história. Por necessidade de sobrevivência e, por vezes, por impossibilidade prática de aderir ao isolamento social, temos visto cair o apoio popular à

²⁰ <https://aterraedonda.com.br/nao-ha-voucher-de-saude/>

²¹ <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-importancia-de-um-sistema-de-saude-publico-e-universal-no-enfrentamento-a>

²² <https://portal.fiocruz.br/es/documento/nota-tecnica-limites-e-possibilidades-dos-municipios-brasileiros-para-o-enfrentamento-dos>

²³ <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-cinco-capitais-estao-proximas-do-colapso-do-sistema-de-saude-aponta-pesquisa-1-24390242>

²⁴ <https://outraspalavras.net/outrasaude/o-caos-sanitario-e-politico-no-amazonas/>

²⁵ <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/entidades-apoiam-campanha-leitos-para-todos/46406/>

quarentena²⁶. A pequena burguesia tem feito a parte suja e patrocinado carreatas para manifestar a sua recusa às medidas restritivas²⁷, em nome da defesa do emprego e do mercado. Em suma, o cenário é dramático e muito incerto para todos os lados. Recorramos então à história. Em prefácio à edição inglesa d'O Capital (de Marx), em novembro de 1886, analisando a conjuntura da primeira grande crise cíclica europeia do sistema capitalista, Engels captou o tom de uma época vindoura de fortes convulsões sociais, crescimento organizativo da classe trabalhadora e processos revolucionários: *“cada novo inverno recoloca a questão: ‘que fazer com os desempregados?’ . Mas, ao mesmo tempo que o número de desempregados continua a aumentar a cada ano, ninguém se habilita a responder a essa pergunta, e quase podemos calcular o momento em que os desempregados, perdendo a paciência, tomarão seu destino em suas próprias mãos”*.²⁸

²⁶ <https://oglobo.globo.com/brasil/adesao-ao-isolamento-social-cai-em-22-dos-27-estados-antes-de-governadores-afrouxarem-quarentena-24395796>

²⁷ <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/18/carreatas-contras-isolamento-social-tem-criticas-a-maia-e-apoio-a-bolsonaro.htm>

²⁸ MARX, K. O capital: crítica da economia política (livro 1). São Paulo: Boitempo, 2017. p. 104